



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2011

(nº 5.541/2009, na Casa de origem)
(De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho)

Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º São criadas na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região 2 (duas) Varas do Trabalho, assim distribuídas:

I - na cidade de São Luís, 1 (uma) Vara do Trabalho (7ª);

II - na cidade de Imperatriz, 1 (uma) Vara do Trabalho (2ª).

Art. 2º As Varas do Trabalho criadas por esta Lei serão implantadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, na medida das necessidades do serviço e da disponibilidade de recursos orçamentários, em consonância com o disposto no § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 3º São acrescidos aos quadros de Juiz e de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região os cargos de juiz e efetivos constantes dos Anexos I e II desta Lei.

Art. 4º Cabe ao Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, mediante ato próprio, estabelecer a jurisdição das Varas do Trabalho criadas por esta Lei.

Art. 5º Os recursos financeiros decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região no orçamento geral da União.

Art. 6º A criação dos cargos prevista nesta Lei fica condicionada à sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual com a respectiva dotação suficiente para seu primeiro provimento, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Se a autorização e os respectivos recursos orçamentários forem suficientes somente para provimento parcial dos cargos, o saldo da autorização e das respectivas dotações para seu provimento deverá constar de anexo da lei orçamentária correspondente ao exercício em que forem considerados criados e providos.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I
(Art. 3º da Lei n.º , de de de)

| CARGOS DE JUIZ | QUANTIDADE |
|-----------------------------|------------|
| Juiz do Trabalho | 2 (dois) |
| Juiz do Trabalho Substituto | 2 (dois) |
| TOTAL | 4 (quatro) |

ANEXO II
(Art. 3º da Lei n.º , de de de)

| CARGOS EFETIVOS | QUANTIDADE |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Execução de Mandados | 3 (três) |
| TOTAL | 3 (três) |

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.541, DE 2009

Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região e dá outras providências;

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São criadas na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região 2 (duas) Varas do Trabalho, assim distribuídas:

I – na cidade de São Luís, 1 (uma) Vara do Trabalho (7ª);

II – na cidade de Imperatriz, 1 (uma) Vara do Trabalho (2ª).

Art. 2º As Varas do Trabalho criadas por esta Lei serão implantadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, na medida das necessidades do serviço e da disponibilidade de recursos orçamentários, em consonância com o disposto no art. 169, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 3º São acrescentados aos quadros de Juiz e de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, os cargos de juiz e efetivos constantes dos Anexos I e II desta Lei.

Art. 4º Cabe ao Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, mediante ato próprio, estabelecer a jurisdição das Varas do Trabalho criadas por esta Lei.

Art. 5º Os recursos financeiros decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região no Orçamento Geral da União.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília-DF, 03 de julho de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

ANEXO I

(Art. 3º da Lei n.º , de de de)

| CARGOS DE JUIZ | QUANTIDADE |
|-----------------------------|-------------------|
| Juiz do Trabalho | 2 (dois) |
| Juiz do Trabalho Substituto | 2 (dois) |
| TOTAL | 4 (quatro) |

ANEXO II

(Art. 3º da Lei n.º , de de de)

| CARGOS EFETIVOS | QUANTIDADE |
|--------------------------------------------------------------------------|-------------------|
| Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Execução de Mandados | 3 (três) |
| TOTAL | 3 (três) |

JUSTIFICATIVA

Nos termos dos artigos 96, incisos I, alínea "d", e II, alínea "b", da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional anteprojeto de lei examinado e aprovado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Tribunal Superior do Trabalho e Conselho Nacional de Justiça, que trata da criação de 2 (duas) Varas do Trabalho na jurisdição da 16ª Região e respectivos cargos de juiz e de provimento efetivo, no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, sediado em São Luís – MA.

A proposta foi encaminhada ao Conselho Nacional de Justiça, em observância ao disposto no art. 82, IV, da Lei nº 11.768/2008, ficando parcialmente aprovada na Sessão realizada em 17/3/2009 a criação de 2 (duas) Varas do Trabalho, uma em São Luís

(7ª) e outra em Imperatriz (2ª), 02 (dois) cargos de Juiz do Trabalho, 02 (dois) cargos de Juiz do Trabalho Substituto e 03 (três) cargos de Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Execução de Mandado.

O Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região justifica a necessidade de criação dos órgãos jurisdicionais propostos em face do aumento da movimentação processual de 1º grau e de apresentar, à exceção do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, “o menor número de Varas na capital”, aduzindo que “não obstante a criação das 5ª e 6ª Varas do Trabalho”, mantém “as Varas da capital média superior à fixada no art. 1º da Lei n.º 6.947/81 (1.500 reclamações por ano)”, registrando, ainda, que a Vara do Trabalho de Imperatriz “em 2005 foi a 7ª maior do País em processos recebidos”.

O Conselho Nacional de Justiça, ao analisar a proposição, concluiu, quanto à movimentação processual da Vara de Imperatriz, que “nota-se uma média de 2.675 (dois mil seiscentos e setenta e cinco) processos recebidos/ano no período de 2004 a 2007 (Tabela 12), índice superior ao referencial mencionado na Lei n.º 6.947/81 e na Resolução 53/2008 do CSJT que recomendam a ampliação das unidades judicantes apenas quando o número de processos recebidos superá sistematicamente 1.500/ano”, e que as “Varas de São Luís também mantiveram média de recebimento, nos últimos anos, superior a 1.500, chegando a 1.696 processos por ano/Vara”.

A constatação do aumento das demandas trabalhistas naquelas unidades judicantes, inclusive em razão das novas competências estabelecidas na Emenda Constitucional n.º 45/2005, passou a exigir providências no sentido de que os meios efetivos para o desempenho pleno dos serviços judiciais aos jurisdicionados sejam viabilizados, até mesmo como forma de atender a razoável duração do processo preconizada no art. 5º, inciso LXXVIII da Constituição Federal, o que se propõe mediante a presente proposição.

Com estas considerações, submeto o anexo anteprojeto de lei à apreciação desse Poder Legislativo, esperando que a proposição mereça a mais ampla acolhida, convertendo-se em lei com a urgência possível.

Brasília-DF, 30 de junho de 2009.

MILTON DE MOURA FRANÇA
Ministro Presidente do
Tribunal Superior do Trabalho

Conselho Nacional de Justiça

PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI Nº. 2008.10.00.002025-9

RELATOR : CONSELHEIRO TÉCIO LINS E SILVA
REQUERENTE : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 16ª REGIÃO
REQUERIDO : CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
ASSUNTO : CRIAÇÃO DE CARGOS – ANTEPROJETO DE LEI PARA CRIAÇÃO DE VARAS DO TRABALHO E DE CARGOS E FUNÇÕES COMISSIONADAS NO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO.

ACÓRDÃO

EMENTA: ANTEPROJETO DE LEI. CRIAÇÃO, NO ÂMBITO DO TRT DA 16ª REGIÃO, DE VARAS DO TRABALHO, CARGOS DE JUIZ, DE SERVIDORES, FUNÇÕES E CARGOS COMISSIONADOS. AMPLIAÇÃO DAS VARAS TRABALHISTAS NOS MUNICÍPIOS DE SÃO LUÍS E IMPERATRIZ. PROJETO DE LEI 2406/2007 EM TRÂMITE NA CÂMARA DOS DEPUTADOS. PREVISÃO DE MAIS 188 CARGOS E FUNÇÕES PARA SERVIDORES. “A criação de cargos no âmbito de um Tribunal, seja para magistrado, servidor efetivo ou de confiança, requer a análise de três situações pontuais: 1) a demanda nas varas; 2) a capacidade produtiva das varas; 3) o déficit de Varas, e de recursos humanos nela alocados. Na presente hipótese, após minucioso cotejo realizado entre os dados apresentados pelo Requerente e pelo Tribunal Superior do Trabalho e os parâmetros adotados pela Comissão Técnica, considerando-se também os cargos previstos no PL 2406/2007, concluiu-se pela real necessidade de criação no âmbito do TRT da 16ª Região: (i) de 2 (duas) Varas do Trabalho, uma em Imperatriz e outra em São Luís; (ii) de 4 (quatro) cargos de juiz, sendo dois de juiz substituto; e (iii) de 3 (três) cargos de Analista Judiciário – Execução de Mandados.” Solicitação que se acolhe parcialmente. Decisão unânime.

VISTOS, etc.

ACORDAM os Conselheiros que compõem o Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade de votos, em acolher a solicitação, nos termos do voto do Relator.

PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI Nº. 2008.10.00.002025-9

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Publicado no DSF, de 25/03/2011.